

O ESTADO DE S. PAULO

Publicação da **S.A. O ESTADO DE S. PAULO**
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900 • São Paulo - SP • Caixa Postal 2439
CEP 01060-970-SP Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

Classificados por telefone: 3855-2001
Vendas de assinaturas:
Capital: 3950-9000
Demais localidades: 0800-014-9000
Central de atendimento ao leitor:
3856-5400 - falecom.estado@grupoestado.com.br

Central de atendimento ao assinante
Capital: 3959-8500
Demais localidades: 0800-014-77-20
www.assinante.estadoao.com.br
Central de atendimento ao jornalista:
0800-011-00-94 - www.jornaleironline.com.br
Central de atendimentos às agências de publicidade:
3856-2531 - cia@estado.com.br

Preços venda avulsa: SP, RJ, MG, PR e SC: R\$ 2,50 (segunda a sábado) e R\$ 4,00 (domingo). DF: R\$ 2,50 (segunda a sábado) e R\$ 4,00 (domingo). ES, RS, GO e MT: R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 5,80 (domingo). MS: R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 4,20 (domingo). BA, SE, PE, TO e AL: R\$ 4,00 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO: R\$ 4,50 (segunda a sábado) e R\$ 7,20 (domingo)

O desarmamento nuclear

José Goldemberg



Em 6 de agosto de 1945 um único avião lançou sobre Hiroshima, no Japão, uma bomba atômica que provocou a destruição que mil aviões de bombardeio com 50 toneladas de explosivos (e bombas incendiárias) causariam, matando cerca de 140 mil pessoas (civis, e não combatentes). Três dias depois outra bomba arrasou Nagasaki.

Os Estados Unidos, na época, acreditavam que conseguiriam manter o monopólio da posse de armas atômicas por muitos anos, o que não ocorreu. Apenas três anos depois, em 1948, a União Soviética produziu bombas com poder explosivo maior do que a bomba de Hiroshima, o que foi também conseguido logo após pela Inglaterra, pela França e, depois, pela China.

A corrida armamentista nuclear que se seguiu foi baseada na teoria da “destruição mútua”, em que cada uma das potências nucleares (principalmente Estados Unidos e União Soviética) garantia sua segurança ameaçando seus adversá-

rios de Defesa, além de outros.

O que Kissinger e outros estão propondo agora é o que o Brasil e a Argentina fizeram em 1992, e que é frequentemente citado como um bom exemplo de como resolver o problema da competição nuclear: os dois países abandonaram programas de desenvolver armas nucleares porque decidiram que poderiam garantir melhor sua segurança com vizinhos que não possuísem essas armas.

A motivação da proposta de Kissinger, considerado um “realista”, é a seguinte: do ponto de vista técnico, é impossível impedir a proliferação das armas nucleares e eventualmente elas cairão nas mãos de países com governos problemáticos e até de terroristas, que não hesitarão em usá-las. Durante a guerra fria, os grandes adversários, Estados Unidos e União Soviética, possuíam estoques de mais de 50 mil bombas nucleares, muito mais poderosas do que a que destruiu Hiroshima, mas o papel delas era convencer o adversário de que não deveria usá-las, ou seja, elas eram, na realidade, “armas de dissuasão”, que, efetivamente, nunca foram usadas. A “dissuasão”, contudo, não se aplica a grupos terroristas, que não têm nada a perder, uma vez que não representam nações, cujos governantes hesitariam em usar armas nucleares sabendo que suas cidades seriam arrasadas em retaliação.

As grandes potências – Estados Unidos, União Soviética (hoje Rússia), Inglaterra, França e China – tentaram em 1968 evitar a proliferação nuclear a outros países, por meio do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). Uma das premissas básicas desse tratado era a de que os “países não-nucleares” (na época) não desenvolveriam armas nucleares em troca do direito de desenvolverem energia nuclear para fins pacíficos, para o que poderiam contar com a ajuda tecnológica dos países nucleares (artigo IV).

Os que desenvolvessem armas não teriam essa ajuda e a Agência Internacional de Energia Atômica foi encarregada da fiscalização, para que isso não ocorresse. O recente acordo dos Estados Unidos com a Índia, promovido pelo governo Bush, desmoralizou essa premissa. A Índia desenvolveu armas nucleares e está recebendo ampla ajuda nessa área. É evidente que os outros países, como o Paquistão, estão reivindicando igual tratamento e até o Irã tem utilizado o artigo IV do TNP para justificar seus esforços para desenvolver um projeto de enriquecimento de urânio em grande escala. Como compensação, os “países não-nucleares” signatários do TNP receberam – ao abrirem

mão do desenvolvimento de armas nucleares – a promessa de que os países que possuíam tais armas iniciariam “logo” negociações “em boa-fé” para cessar a corrida atômica e promover o desarmamento nuclear (artigo VI). Essa promessa nunca foi cumprida.

Esperar, portanto, que o TNP impeça completamente a proliferação de armas nucleares a outras nações não é uma opção muito realista. Uma solução mais pragmática seria eliminar as armas nucleares, proibir seu uso e reduzir, assim, os estímulos para obtê-las. Essa, em poucas palavras, é a proposta de Kissinger e seus colegas.

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em sua campanha eleitoral prometeu eliminar armas nucleares a “médio prazo”, bem como reduzir a “curto prazo” – conjuntamente com a Rússia – os amplos estoques de armas nucleares, que são hoje mais de 5 mil em cada um desses países.

A nova política nuclear dos Estados Unidos deverá ser anunciada brevemente e veremos então se o “novo realismo nuclear” é de fato para valer ou uma figura retórica. ●

José Goldemberg é professor da Universidade de São Paulo

Direitos humanos

Denis Lerrer Rosenfield



O atual governo, em íntima colaboração com os ditos movimentos sociais e as alas mais à esquerda do PT, está produzindo uma completa deformação dos direitos humanos. De perspectiva universal, eles estão se tornando, nas mãos dos que teimam em instaurar no Brasil uma sociedade socialista/comunista, um instrumento particular de conquista do poder. Acontece que essa conquista do poder é agora mais insidiosa, passando por uma ampla campanha de formação da opinião pública.

De fato, se perguntarmos a qualquer um se é favorável ou não aos “direitos humanos”, a resposta será certamente “sim”. Se fizermos a mesma pergunta por uma sociedade socialista/comunista, a resposta será majoritariamente “não”. Eis por que a forma de influenciar a opinião pública pressupõe essa armadilha das palavras, que corresponde a um plano ideológico predefinido.

Eis uma das razões de por que o dito programa insistiu em abrir uma crise com os militares, com o intuito claro de indispor a sociedade brasileira com a instituição militar. O uso de expressões como “repressão política”, agora alterada para “violação dos direitos humanos”, tem precisamente o propósito de reabrir uma fe-

rida, de preferência infeccioná-la, para que o projeto socialista/comunista possa tornar-se mais palatável. Afinal, os militares seriam, nessa perspectiva, os “repressores”, enquanto os que pegaram em armas por uma sociedade comunista seriam as “vítimas”, os “democratas”.

Maior falsificação da História é impossível. Os que lutaram contra o regime militar, em armas, fizeram-no, por livre escolha, em nome da instalação do comunismo no Brasil. A guerrilha do Araguaia era maoista, totalitária. Não o fizeram pela democracia. São, nesse aspecto, responsáveis por suas escolhas e não deveriam ter sido agraciados com a “bolsa-ditadura”. Se optaram pelo comunismo, deveriam ser responsáveis por sua opção e não deveriam colocar-se como vítimas. Lamarca, Marighella e o próprio secretário Vannuchi pretendiam instalar o totalitarismo no Brasil. O primeiro, aliás, era um assassino confesso, tendo matado covardemente um refém, um tenente da Polícia Militar de São Paulo, a coronhada. Eis os heróis dos “direitos humanos”.

Todo o documento está escrito na linguagem própria dos ditos movimentos sociais, que são organizações políticas com o mesmo propósito socialista/comunista. Em seus documentos não escondem isso, embora, para efeitos públicos, utilizem a linguagem mais palatável dos “direitos humanos”. O “neoliberalismo” e o “direito de propriedade” se tornam os vilões dessa nova versão deturpada dos direitos humanos.

Reintegrações de posse não seriam mais cumpridas sem que antes uma comissão de “direitos humanos” fizesse a mediação entre as partes. Ou seja, uma decisão judicial perderia simplesmente o valor. Na verdade, esses comitês seriam erigidos em instância judiciária final, que decidiria pelo cumprimento ou não de uma decisão judicial. O MST julgaria a ação do MST. No Pará, onde esse modelo já foi aplicado, por recomendação da Ouvidoria Agrária Nacional, o caos é total. Até intervenção federal, encaminhada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), foi pedida ao Supremo. A Justiça lá não era mais respeitada.

Qual é, então, o objetivo dessa diretriz de impedir o cumprimento de decisões judiciais? Legitimar, se não legalizar, as invasões dos ditos movimentos sociais, que teriam completa liberdade de ação. Sequestros, destruição de maquinário, corte de tendões do gado, incêndio de galpões, destruição de alojamentos de empregados e sedes de empresas não seriam mais crimes, mas expressões de ações baseadas nessa muito peculiar doutrina dos direitos humanos.

O agronegócio, em particular, viria vilão no documento. Não faltam críticas às monoculturas de eucaliptos, cana-de-açúcar e soja, que, nessa exótica perspectiva, seriam culturas atentatórias aos direitos humanos. A falta de qualquer cultura nos assentamentos seria, essa, sim, expressão de uma nova forma de agricultura. Os despropósitos, porém, não param por aí. Os setores de habitação e de construção civil são, também, novos alvos. Há propostas sobre novas abordagens do Estatuto das Cidades, que deveriam corresponder a essa nova doutrina. E até uma expressão algo enigmática de identificação de “terras produtivas” nas cidades, seja lá o que se queira dizer com isso. Em todo caso, o esquema é o mesmo. A invasão de um prédio em construção não seria suscetível de sentença judicial de reintegração de posse sem antes passar por uma “mediação” dos ditos movimentos sociais. Os mesmos que invadem são os que fariam a tal mediação.

Não pensem os industriais que essas medidas não os afe-

Um instrumento de conquista do poder para instaurar o comunismo no País

tam. Também há no cardápio medidas dirigidas a esse setor. A expansão de uma usina de etanol, de uma siderurgia, de uma empresa de mineração deveria passar pela aprovação de um comitê de fábrica, por razões ditas ambientais. Não bastariam as licenças ambientais, já suficientemente rigorosas, mas, se esse plano for levado adiante, seria, então, necessário passar por esses novos “soviets”, porque é disso, na verdade, que se trata.

Para que as medidas sejam totais é imprescindível que a opinião pública seja controlada. Se elas forem mostradas em seu autoritarismo, certamente não passarão. Eis por que as empresas de comunicação deveriam estar subordinadas a um “conselho de direitos humanos”, de fato, à autoridade dos novos “comissários da mídia”, cujo poder poderia chegar a revogar uma concessão. Por exemplo, a filmagem divulgada pela Rede Globo de destruição dos laranjais da Cutrale seria, nessa nova ótica, atentatória aos “direitos humanos”, por “criminalizar os movimentos sociais”. Os novos comissários, que têm a ousadia de se apresentar como representantes dos direitos humanos, solapariam as próprias bases da democracia. Eis o que está em questão. O resto é palavreado! ●

Denis Lerrer Rosenfield é professor de Filosofia na UFRGS. E-mail: denisrosenfield@terra.com.br

FÓRUM DOS LEITORES



ENDEREÇO
Avenida Eng. Caetano Álvares, 55, 6.º andar, CEP 02598-900



FAX:
(11) 3856 2920



E-MAIL:
forum@grupoestado.com.br

Controle de aeroporto

As autoridades brasileiras queixaram-se de que os americanos assumiram o controle do aeroporto de Porto Príncipe. Será que estavam querendo mostrar o imenso *know-how* brasileiro em matéria de controle de aeroportos? Não bastando o caos existente no Haiti, parece que queriam contribuir com algo mais.

LISÉ MONTEIRO

btcd@uol.com.br
São Paulo

Segurança

Como pode Lula propor ajuda em segurança ao Haiti, se é incapaz de resolvê-la no próprio País?

ANGELO TONELLI

angelotonelli@yahoo.com.br
São Paulo

Balelas

Seria cômico se não fosse triste ver a ministra presidencialável *Dilma*, ao lado de Sarney, no Estado mais pobre, ignorante, onde temos o pior IDH do País, querendo comparar os governos FHC e *Lulla*, como se o primeiro tivesse acabado com o Brasil, e não consertado. FHC pegou um balaio de gatos, o caos, tsunami causado pelos incompetentes antecessores Sarney e Collor, que hoje *Lulla* e corriola abraçam e com eles sobem no palanque. A ladainha petista prepara seu discurso mentiroso porque sabe que o governo que antecedeu *Lulla* colocou o País nos trilhos depois que seus amigos o desgo-

vernaram. E tem mais: consertou na base da briga com o PT, que nem o Plano Real aprovava. Não é uma gracinha esse discurso patético da ministra? Acho que dará com os burros n’água e espero que o povo não caia nesse engodo. *Dilma* é uma candidata antipática, prepotente, incompetente (vide o PAC), nada carismática e anda fazendo escola com *Lulla*, que em oito anos não saiu do palanque. Fica um recado à ministra: não se colhe laranja-lima de um limoeiro. Existem coisas que são da essência da pessoa e nem o maior marketing do mundo consegue mudar. *Lulla*, *Dilma* e o PT estão precisando, urgentemente, de um divã para entenderem por que FHC os incomoda tanto!

BEATRIZ CAMPOS

beatriz.campos@uol.com.br
São Paulo

Comparações

É compreensível a obsessão do PT em querer comparar os governos FHC e Lula como estratégia da próxima campanha presidencial, apesar de esses não serem os candidatos. Pois como confrontar Dilma Rousseff, a candidata do PT, com a sua única grande obra, o PAC, tão “empacado” também pelo TCU por irregularidades, e José Serra, que já lá atrás, quando secretário do governo Montoro, saneou as finanças do Estado de São Paulo, foi um revolucionário e corajoso

ministro da Saúde, não só enfrentando poderosos lobbies farmacêuticos, mas acreditando em obras que pareciam tão simples como as da Pastoral da Criança, dobrando os recursos a ela destinados, que em tão pouco tempo se mostrou um bom prefeito paulistano e está sendo um excelente administrador, sempre atento, em todas as áreas, como governador? Como se poderia comparar toda a experiência de José Serra com a inexperiente chefia da Casa Civil? Há mesmo que buscar subterfúgios!

ENI MARIA MARTIN DE CARVALHO
enimartin@uol.com.br
Botucatu

● Se é para comparar, o governo

Lula dá de 10 x 0 no quesito corrupção.
ROBERT HALLER
robelisa@click21.com.br
São Paulo

● A preocupação do governador de São Paulo com o futuro é puro marketing eleitoral tucano para fugir do debate sobre duas concepções distintas. A proposta do governador paulista apenas vai maquilar a tradicional concepção tucana, que foi rejeitada pelo povo brasileiro nas eleições de 2002. A maquiagem tem nome e sobrenome: Consenso de Washington.
DAINIS KAREPOVS
dakar@uol.com.br
São Paulo